**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Criciúma – CODEC**

**21/05/2025**

**Ata n° 04/2025**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência – CODEC, de forma presencial com a presença dos seguintes conselheiros (as): Maria Antonia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social); Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde); Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC); Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito); Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social - INSS); Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego); Laura Cristina Arbelo Parrot (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana); Helenita Regina de Castro Cipriano e Rindalta das Graças de Oliveira (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI); Ana Maria Gonçalves Alano (APAE e Diomicio Freitas); Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Sônia Regina Teixeira (Ordem dos Advogados – OAB); Gabrielli Medio (SESI); Bianca Zacarias Nogueira Felisberto e Danúbio Alves da Silva (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC); Convidados (as): Sabrina (Diretoria Associação dos Surdos de Criciúma – ASC – Intérprete). O Presidente Andrey Manoel dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde), iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Questionou se todos haviam assinado a ATA e o livro de presença, recebendo resposta afirmativa, deu seguimento informando que, conforme deliberado na última reunião, foram solicitadas informações a diversos órgãos. Um dos ofícios foi encaminhado ao CriciúmaPrev, solicitando um levantamento sobre aposentados com algum tipo de deficiência. A resposta encaminhada pela autarquia indicou que, na data de 05 (cinco) de maio de 2025, haviam 14 aposentados classificados como pessoas com deficiência (PCD), com a lista nominal anexa. A Vice-Presidente Helenita Regina de Castro Cipriano (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI) manifestou insatisfação com os dados, solicitando a leitura da lista para verificar se constava seu nome, que não foi encontrado. O Presidente concordou que o número informado aparenta ser impreciso, considerando a quantidade de profissionais envolvidos. O conselheiro Danúbio Alves da Silva (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC) sugeriu que fosse solicitado ao CriciúmaPrev um levantamento mais preciso, com foco nos aposentados por invalidez. A Vice-Presidente ponderou que aposentadoria por invalidez não se confunde com deficiência, uma vez que são conceitos distintos. O conselheiro Danúbio concordou, mas observou que parte dos aposentados por invalidez pode, de fato, possuir alguma deficiência. Helenita complementou afirmando que, embora a maior parte das aposentadorias por invalidez possa decorrer de doenças, nem todas configuram deficiência, reforçando que o número real de aposentados PCD deve ser inferior ao total de aposentados por invalidez. O Presidente reiterou que a informação prestada não é fidedigna, inclusive destacando que o cadastro da autarquia talvez não contemple obrigatoriamente o dado sobre deficiência. Sugeriu, então, que tal informação passe a ser coletada durante o recadastramento anual dos aposentados. O conselheiro Danúbio apoiou a proposta, acrescentando que tal inclusão não deve ser uma mera opção do órgão, mas sim uma determinação administrativa. Sugeriu que o Conselho encaminhe solicitação formal ao Secretário-Geral, para que a determinação seja estabelecida. A Vice-Presidente sugeriu que, além de solicitar novos dados, também sejam solicitados esclarecimentos sobre os critérios e métodos utilizados pelo CriciúmaPrev na elaboração da lista, bem como as fontes de informação. O Presidente, então, registrou que a solicitação será refeita. Após, informou que foi solicitado à Diretoria de atos oficiais e de Gestão de pessoas (RH) o levantamento sobre a quantidade de servidores ativos com deficiência (PCD). O RH respondeu que não possui essa informação, devido a uma mudança no sistema de gestão, ocorrida há aproximadamente três anos. Foi relatado pelos conselheiros após pergunta do Presidente, que, embora existam candidatos que ingressam via cota PCD, muitos optam por concorrer na ampla concorrência, sem que a condição de deficiência seja registrada no sistema, comprometendo a precisão dos dados. Diante disso, o Conselho propôs que o RH tenha, obrigatoriamente, em seu sistema, o registro da condição de deficiência, mesmo quando o ingresso se dá por ampla concorrência, a fim de garantir controle e gestão adequados. A Vice-Presidente sugeriu que cada Secretaria Municipal realize um levantamento interno sobre seus servidores PCD, consolidando os dados junto ao RH. A conselheira Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego) reforçou a importância de que, além da identificação como PCD, sejam registrados: o tipo de deficiência, o respectivo laudo médico e o CID. O Presidente destacou que esses dados são fundamentais para embasar políticas públicas voltadas à acessibilidade e à valorização dos servidores. O conselheiro Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito) comentou sobre o atendimento de obrigações legais, como cotas e critérios diferenciados de aposentadoria. O Conselho, por fim, deliberou pela formalização de uma solicitação ao RH, orientando a realização de um censo interno com os seguintes dados: Identificação do servidor PCD, tipo de deficiência, laudo médico e CID correspondente. O Presidente deu continuidade à pauta abordando o andamento das demandas junto à Diretoria de Trânsito e Transporte (DTT), com ênfase no requerimento referente à concessão do Passe Livre no transporte coletivo para pessoas com deficiência (PCD). Foi informado que, em 2 de maio, a DTT respondeu que ainda está em busca de estagiários para realizar o procedimento, sem obter sucesso até o presente momento. Houve insatisfação dos presentes quanto à demora e falta de respostas efetivas, uma vez que a situação já se arrasta há mais de um ano, e foi ressaltada a necessidade de contratação imediata. Ficou definido que, caso a Diretoria não apresente cronograma na reunião, será encaminhado documento oficial ao prefeito, com prazo de sete dias para resposta, e posterior acionamento do Ministério Público. Foi ressaltada a necessidade de continuidade nas ações independentemente de mudanças na direção da Diretoria e debatida a realização de reunião extraordinária para solução célere do problema. Em relação à pauta, foi informado que a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) não compareceu devido a transição em sua diretoria, ficando agendada sua apresentação para o próximo mês, quando detalhará o censo educacional estadual e municipal. O Presidente sugeriu, para uma das próximas reuniões, convidar a Secretaria de Educação, com o objetivo de apresentar ao Conselho como será a estrutura e o funcionamento da "Casa Cidade do Autista”. Em relação à ausência da DTT na reunião, foi informado que a equipe encontra-se em atendimento externo, mas comunicou que comparecerá. O secretário Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC) comunicou aos demais membros que, por intermédio da reitora Luciane Ceretta, foi disponibilizado um veículo da UNESC no terminal de ônibus, destinado ao transporte de passageiros que necessitam de assistência, garantindo assim maior acessibilidade. A conselheira Rindalta solicitou que fosse registrado em ata que a disponibilização deste veículo representa uma importante conquista para o Conselho, considerando as dificuldades enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida para acessar as clínicas. Na sequência, a conselheira Maria Elizabeth explicou como funciona atualmente o sistema do SINE, ressaltando que qualquer trabalhador, inclusive pessoas com deficiência, pode realizar cadastro online por meio do portal “maisemprego.mte.gov.br”. Ela esclareceu ainda que não há mais carteira de trabalho física, sendo o atendimento realizado exclusivamente pela carteira de trabalho digital. A conselheira destacou que o sistema permite ao trabalhador visualizar vagas, se candidatar a entrevistas e autogerenciar seu encaminhamento, podendo realizar até sete encaminhamentos diários de forma autônoma. A conselheira Sônia observou que o CODEC não possui perfis em redes sociais, o que foi confirmado. O presidente informou que encaminhará essa questão para análise. Em seguida, o Presidente apresentou ao convidado Edno, superintendente de trânsito da DTT, a luta do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência para a implantação de um ponto de atendimento para confecção da carteirinha do passe livre no terminal central, considerando que atualmente esse serviço é prestado apenas na sede da DTT, local sem acessibilidade. Destacou-se que essa é uma demanda antiga do Conselho, inclusive já tratada com o Prefeito Municipal, que orientou a resolução da questão. Contudo, foi informado que há dificuldades para a disponibilização de estagiários, o que motivou a sugestão de contratação de profissional efetivo, mediante concurso público. O Sr. Edno manifestou seu apoio integral à causa, assumindo o compromisso, caso receba autorização do prefeito, de alocar um agente de trânsito ou estagiário no terminal central, garantindo a prestação do serviço com eficiência e acessibilidade. O conselheiro Danúbio relembrou que já houve determinação do prefeito, em reunião realizada com a presença do responsável pela DTT, para o atendimento dessa demanda, a qual ainda não foi cumprida. O convidado Edno reforçou que, caso receba a competência, compromete-se a implementar a medida de imediato. O presidente encaminhou que, na ausência do prefeito, que está em viagem, buscará contato com o secretário-geral para tratar da formalização do compromisso e efetivar a solução. A conselheira Ana Maria relatou a dificuldade enfrentada por familiares de pessoas com deficiência vinculadas à Associação Educacional Diomício Freitas, especialmente em relação à exigência de comprovação de renda para a obtenção da carteirinha de transporte, o que impede o acesso de muitos usuários ao benefício. O presidente sugeriu que a instituição formalize a demanda por meio de ofício ao CODEC, para que seja encaminhado à Superintendência de Trânsito e, se necessário, seja proposta a alteração legislativa pertinente. A Vice-Presidente acrescentou que a legislação atual estabelece limites de renda que acabam por excluir pessoas com deficiência que, apesar de não se enquadrarem como hipossuficientes, arcam com elevados custos relacionados a tratamentos médicos e terapêuticos. O convidado Edno, por sua vez, reforçou seu compromisso com a causa da acessibilidade e inclusão, destacando a importância de que o servidor público compreenda sua função como servidor do município e de toda a coletividade, independentemente das circunstâncias. Após, prestou homenagem ao presidente do Conselho, reconhecendo sua dedicação, sensibilidade e competência na condução dos trabalhos em prol das pessoas com deficiência. O conselheiro Danúbio solicitou formalmente que a Diretoria de Trânsito aumente a fiscalização quanto ao estacionamento irregular de veículos automotores sobre calçadas, especialmente sobre o piso tátil. Relatou que, ao transitar pela cidade, observa frequentemente veículos estacionados de forma inadequada, prejudicando a acessibilidade. Citou como exemplo a Praça do Congresso, na Rua Barão do Rio Branco, onde veículos estacionam com a traseira sobre o piso tátil devido ao espaço reduzido entre a garagem e a calçada. Relatou situação semelhante na Rua São José, onde até veículos de órgãos públicos, como o Correio, estacionam sobre o piso tátil para realizar entregas, inclusive presenciando uma viatura da fiscalização que não tomou qualquer providência. Ressaltou que a situação é recorrente em toda a cidade e que, embora a legislação permita a livre circulação de veículos de transporte de valores, há falta de bom senso na utilização das calçadas e, principalmente, sobre o piso tátil. O convidado Edno complementou com dados sobre a mobilidade urbana, informando que o município possui atualmente cerca de 147.747 veículos, sendo 11.962 caminhões e ônibus, 31.095 motocicletas e cerca de 25 mil bicicletas. Destacou o aumento no número de mulheres habilitadas: de 40 mil em 2020/2021 para 55 mil em 2024/2025. Salientou ainda que, diariamente, 24 mil veículos circulam pela Avenida Centenário e Marechal Deodoro, com um fluxo de 7 mil veículos nos horários de pico. Na área central, o fluxo é de 8 mil veículos, incluindo a Praça Nereu Ramos e áreas adjacentes como a Rua Araranguá e a Praça do Congresso. Apontou que a fiscalização, embora presente, enfrenta resistência da população, que, ao ser alvo de operações, frequentemente recorre aos meios de comunicação para criticar a chamada “fábrica de multas”. Ressaltou que o comportamento inadequado de motoristas, ao estacionarem irregularmente, prejudica a mobilidade urbana e que ações de fiscalização são necessárias, ainda que impopulares. Enfatizou a importância de as pessoas acompanharem o trabalho da fiscalização para compreenderem a complexidade do serviço. O Presidente mencionou a lei n° 5919/2011 de autoria da vereadora Tati Teixeira (in memorian), que trata de medidas constrangedoras a quem estaciona indevidamente em vagas destinadas a pessoas com deficiência (PCD), sugerindo que o Conselho avalie a possibilidade de realizar uma campanha educativa nesse sentido. A Vice-Presidente relatou um caso que presenciou em um supermercado, onde, de dez veículos estacionados em vagas destinadas a PCD, seis não apresentavam a credencial obrigatória. Destacou a importância de conscientizar sobre o respeito a essas vagas e citou a presença de um bilhete informativo em um dos veículos: “essa vaga não é sua”. O convidado Edno relatou sua experiência ao assumir a Diretoria de Trânsito e Transporte (DTT). Contou que, ao vistoriar a área, percebeu que a pintura da sinalização, como a vaga de idosos e a faixa de pedestres, estava apagada, comprometendo a segurança. Determinou, então, a imediata revitalização da sinalização, ressaltando a necessidade de respeito às pessoas que utilizam o espaço, incluindo idosos e PCDs. Enfatizou a importância do comprometimento dos servidores em atender a população de forma contínua, afirmando que quem não estiver disposto a servir 24 horas não está adequado para a função. A conselheira Rindalta emocionou-se ao relatar a situação de “Tony”, um deficiente visual que precisou entregar sua carteira de transporte após ser orientado a ir ao Departamento de Trânsito e Transporte, mas que, por sua deficiência, não conseguiu concluir o processo. Defendeu que a luta do Conselho em prol da acessibilidade não é em vão e destacou a necessidade de melhorar as condições de acessibilidade nos terminais de transporte coletivo. Relatou que, embora todos os terminais possuam piso tátil, as filas formadas pelas pessoas ocupam o espaço destinado ao deslocamento seguro de pessoas com deficiência. Citou, como exemplo, o Terminal da Próspera, onde a formação de filas impede a passagem de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, sugerindo a adoção de medidas que melhorem a acessibilidade e fiscalização nesses espaços. O Presidente sugeriu uma conversa com o servidor Alan Nunes Cardoso (Diretor de Patrimônio), representante do coletivo de empresas que administra os terminais, para promover campanhas de conscientização sobre o uso adequado do piso tátil, integrando tais ações à política institucional das empresas. Edno comprometeu-se a gravar um vídeo no terminal para reforçar a campanha educativa. A conselheira Ana Maria apontou que muitas pessoas acreditam que o piso tátil serve apenas para demarcar filas, desconhecendo sua real função. Ressaltou que, com pequenas ações de orientação, é possível modificar essa percepção e melhorar o uso adequado do espaço. O Secretário Aires propôs a construção conjunta da ideia sugerida, organizando uma reunião com os representantes responsáveis pela administração dos terminais para alinhar ações educativas. O Presidente concordou com a proposta e sugeriu que a reunião ocorra antes do evento em setembro/outubro, como parte de uma semana com diversas atividades relacionadas à conscientização e à acessibilidade. O Secretário Aires recordou de campanhas que utilizavam objetos, como carrinhos de supermercado ou cadeiras de rodas, para sensibilizar motoristas sobre o uso indevido de vagas destinadas a PCDs, sugerindo que ações semelhantes sejam implementadas na cidade. O Presidente agradeceu ao sargento pela exposição e destacou a importância do sentimento compartilhado, reforçando o compromisso do Conselho em buscar soluções efetivas. O convidado Edno manifestou sua disposição para, caso receba a designação formal da Prefeitura, assume a responsabilidade pela organização e fiscalização dos terminais, garantindo melhorias na acessibilidade. A conselheira Rindalta reforçou a necessidade de lideranças ágeis e empáticas à frente dessas ações, mencionando a dificuldade que as pessoas com deficiência enfrentam ao transitar pela cidade, especialmente em cruzamentos sem sinalização adequada. A Vice-Presidente ressaltou que, para deficientes visuais, a situação é ainda mais delicada, especialmente na espera pelo transporte coletivo, dado que não há mecanismos adequados para informar sobre a chegada do ônibus correto. O Conselheiro Edno informou que a cidade possui cerca de cem botueiras (botões de acionamento para travessia), mas que poucas delas são adaptadas com sensibilidade adequada para pessoas com deficiência. Destacou a necessidade de melhorar a orientação sobre o uso desses dispositivos, pois muitas pessoas desconhecem sua função específica. O Presidente finalizou informando que, na próxima reunião, as soluções já estarão encaminhadas, não sendo necessária convocação extraordinária, pois os pontos da pauta foram todos contemplados. Antes do encerramento, o conselheiro Danúbio apresentou um informe, solicitando aos membros que divulguem, junto às suas entidades, a pesquisa que está sendo realizada pela UNESC sobre a situação dos idosos no município. Reforçou a importância de que os idosos recebam os pesquisadores sem receio, visto que a pesquisa, coordenada pela área de saúde da UNESC, visa traçar um raio-X da realidade local e contribuir com políticas públicas mais eficazes. Encerrando os assuntos a serem tratados, o Presidente agradeceu a participação dos conselheiros e sem nada mais a tratar, finalizou a reunião. E eu, Giovana Mendes Beloli lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Maria Antonia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social);

Andrey Manoel Dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde);

Maria Aparecida Floriano Panato (Fundação Cultural de Criciúma – FCC);

Paulo André de Lima Kuckel Mascarenhas (Gabinete do Prefeito);

Margarete Pereira Bosa (Instituto Nacional de Seguro Social - INSS);

Maria Elizabeth Ghedin Pizzollo (Sistema Nacional De Emprego);

Laura Cristina Arbelo Parrot (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana);

Helenita Regina de Castro Cipriano e Rindalta das Graças de Oliveira (Associação dos Deficientes Físicos de Criciúma – JUDECRI);

Ana Maria Gonçalves Alano (APAE e Diomicio Freitas);

Aires Mondardo (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

Sônia Regina Teixeira (Ordem dos Advogados – OAB);

Gabrielli Medio (SESI);

Bianca Zacarias Nogueira Felisberto e Danúbio Alves da Silva (Associação dos Surdos de Criciúma – ASC);